

AMAZÔNIA, POLÍTICA E DEFESA

Shiguenoli Miyamoto

Introdução

A Internet tem sido instrumento valioso para circular e obter informações instantâneas. Foi por meio dela que se tomou conhecimento sobre a existência de livro de geografia que estaria sendo adotado nos Estados Unidos, no qual constavam mapas em que parte da Amazônia brasileira teria sido subtraída, não mais fazendo parte do território nacional. Causando impacto em vários setores, como o meio acadêmico, diplomático e jornalístico, descobriu-se depois que tudo se tratava de uma farsa produzida por setores não identificados, ainda que se localizasse a origem do sítio que o divulgara. Mesmo após os fatos terem sido apurados, essa informação continua sendo periodicamente espalhada, denunciando interesses escusos que estariam permanentemente voltados para as riquezas do território amazônico.¹

¹ O livro levava o título de *An Introduction to Geography*. Uma reprodução da página com o mapa reduzido do Brasil pode ser encontrada em: http://www.fasternet.com.br/aca/amazo_vendida.htm. Acesso em: 10 ago. 2007. Na realidade tratou-se de informação divulgada em página do Rio de Janeiro, com fortes tendências nacionalistas, e que foi inadvertidamente encaminhada por docente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro ao sítio do boletim eletrônico do CNPq. Destarte, assumiu proporções enormes, uma vez que outros docentes e pesquisadores passaram a repetir a denúncia, sem comprovar a veracidade da informação, ou a existência do livro pela simples consulta ao ISBN. Em matérias no jornal *O Estado de S. Paulo* fez-se um debate envolvendo docentes da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e alunos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Naquela altura, o correspondente desse jornal em Washington mostrava que nenhum autor de origem anglo-saxã poderia ter

Alguns anos antes, ainda no governo de José Sarney, notícia foi publicada pela grande imprensa norte-americana, onde se dizia que a Amazônia estava à venda, causando, igualmente, furor em representantes nacionais das mais distintas esferas, inclusive do então presidente que em gestos largos bradava que “não venderemos nenhum palmo da Amazônia”².

Fatos como esses, que com certa assiduidade freqüentam a imprensa nacional e internacional, indicam como questões ligadas ao território, sobretudo referentes à perda de autonomia e soberania sobre a região, motivam discussões calorosas, com os personagens envolvidos procurando cada um deles aparecer como o mais ardente defensor dos interesses nacionais.

Não é de se estranhar as reações levantadas nos dois casos citados, porque se tratava da redução do território brasileiro, fato impensável não apenas na concepção dos governantes, mas também dos geopolíticos/estrategistas e da sociedade brasileira em geral. Dessa última poderiam ser citados, provavelmente como exceções defensores ambientais mais combativos ou organizações não-governamentais, não preocupados com os tradicionais conceitos do que seja o Estado.³ Ao assim se comportarem, tais agentes focalizam suas luzes sobre os

produzido o texto tal como fora divulgado, porque estava escrito de forma quase incompreensível, tratando-se de uma tradução literal do português para o inglês. Posteriormente, localizou-se o local de onde a informação fora espalhada. Os responsáveis pelo sítio, contudo, afirmaram não se lembrar qual o autor que tinha postado a informação em sua página, apagando quaisquer referências ao fato. Na internet, conhecido diplomata e professor da Universidade de Brasília realizou amplo debate sobre o tema, ainda que tivesse recebido, equivocadamente, agressões verbais e acusações sobre sua “falta de patriotismo”. Sobre o assunto ver ainda Rohter (2002). Um extenso dossiê sobre esse problema pode ser encontrado em Almeida (2007).

² Vários setores, inclusive o Banco Mundial, disseram na ocasião desconhecer tais informações. *Folha de São Paulo*, 11 fev. 1989, p. A-5.

³ Sobre essas diferentes concepções ver o texto de Mello e Chade (2007) que contém análises sobre a região sob os mais diferentes enfoques, incluindo texto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

habitantes de uma determinada região e seu habitat, minimizando a importância das fronteiras ou dos domínios geográficos, e defendendo novos conceitos como os de soberania restrita ou compartilhada sobre áreas comuns de interesse de toda a Humanidade.⁴

Entretanto, para os responsáveis pela formulação e implementação das diversas políticas nacionais, incluindo nessas as variáveis estratégicas, dentre as medidas mais importantes a serem tomadas incluem-se a proteção do território e a manutenção da soberania nacional em nome dos interesses nacionais, de acordo sempre com os duros princípios das relações internacionais. É esta a perspectiva que orienta, apesar da retórica contrária, as políticas de praticamente todos os Estados do mundo, mais preocupados com sua própria segurança nacional do que com o bem-estar dos demais parceiros. Trata-se dos fatores que Karl Deutsch claramente estabelece para os Estados Nacionais: “a política exterior de cada país se refere, em primeiro lugar, a preservação de sua independência e segurança, e, em segundo lugar, a perseguição e proteção de seus interesses econômicos (particularmente dos grupos de interesses mais influentes)” (DEUTSCH, 1970, p. 110). Certamente estão inclusos nessa abordagem os atores responsáveis por tais políticas, ou seja, tanto aqueles voltados para as negociações diplomáticas quanto os encarregados de fazer valer tais princípios com o uso da força se necessário.

⁴ Considerações sobre a soberania restrita podem ser encontradas em Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988). Nesse relatório da Organização das Nações Unidas, coordenado por Gro Harlem Brundtland, a questão do meio ambiente é percebida como um dos temas que obrigam a necessidade de se repensar a soberania tradicional, em função da insegurança ambiental. Ver por exemplo p. 21, 293 e 337.

A Amazônia sempre despertou interesses os mais variados, não apenas dentro do país e do continente sul-americano, mas de todo o mundo. A vastidão do território, com baixa concentração demográfica, as grandes florestas, a diversidade da fauna e da flora, as populações silvícolas, as belezas naturais, aqui incluindo o próprio rio Amazonas, não se descuidando das riquezas minerais aí existentes, em conjunto esses elementos converteram a região em um lugar misterioso, exótico, dando asas à imaginação popular.

Esse território relativamente vazio despertou, por exemplo, o interesse de alguns setores governamentais norte-americanos, que apresentaram no século XIX proposta de encaminhar para essa parte do mundo os negros daquele país (LUZ, 1968). Em distintos momentos houve projetos para a criação e a instalação, tanto de laboratórios quanto de outras instituições para explorar as imensas florestas tropicais, como o Instituto da Hylea Amazônica (CRAMPTON, 1972). No pós-Segunda Guerra Mundial sucederam-se as iniciativas para ocupar cada vez mais a região ou mesmo interligar a Bacia Amazônica com a Bacia Platina, através de projeto concebido por Roberto Panero e Hermann Kahn para criar os grandes lagos (PANERO, 1968; KAHN; PANERO, 1968). Essas propostas, freqüentemente entendidas como ingerências em assuntos internos brasileiros, alimentaram os debates sobre a internacionalização da região, mormente a partir da década de 1960⁵.

No decorrer do tempo, a preocupação demonstrada pelo mundo com os destinos da Amazônia fez com que o governo

⁵ Um dos textos mais conhecidos, que abordam a questão amazônica, sob esse enfoque é o de Ferreira Reis (1965). Ver, ainda, sobre o assunto Furniel (1993).

brasileiro passasse a dedicar atenção cada vez maior a esses fatos. Apesar de assim se comportar, contudo, a falta de capacidade também fez, por outro lado, que as reações se dessem muito mais no plano das intenções retóricas do que na prática efetiva de proteção do subcontinente. Claro que várias iniciativas dentro do planejamento governamental contemplaram a região. Entre essas podem ser citadas a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) criada em 1953 no governo Getúlio Vargas, e a Zona Franca de Manaus (proposta pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e instituída pela Lei nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre, e, depois, em Zona Franca pelo Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967). Tais medidas, entre outras, tinham como finalidade mostrar que, apesar dos baixos indicadores sociais e econômicos, o território não se encontrava abandonado à sua própria sorte, e que o governo brasileiro para lá dirigia seus olhares, ainda que longe de suprir as necessidades locais⁶.

Apesar das deficiências notadas em todos os níveis das políticas públicas, não se pode negar que o território ocupou papel de relevo em toda a história nacional. A realidade dos fatos mostra que para o formato adquirido pelo território brasileiro como o conhecemos hoje, as políticas agressivas de aumento do espaço nacional, atropelando o acordado pelo Tratado de Tordesilhas, foram de primordial importância. A anexação do Acre no começo do século XX definitivamente comprova como nenhum rincão foi menosprezado na definição do Estado brasileiro, o que ainda motiva críticas como as do

⁶ Consultar Zona Franca de Manaus (2007).

presidente Evo Morales, para quem o Brasil comprou aquela área em troca de um cavalo⁷.

Mesmo assim, durante muitas décadas as políticas efetivas para essa região apresentaram-se aquém daquilo que poderia ser considerado ideal, inclusive porque o país sempre padeceu da falta de um verdadeiro projeto nacional. Porém, deve-se ponderar, por outro lado, que a percepção nacional de defesa territorial daquela parte do país sempre levou na devida conta a própria capacidade dos vizinhos, com os quais faz fronteiras, e que demonstram poder ofensivo distante do necessário para alterar o *status quo* há muito tempo estabelecido.

Dentro desse contexto mais amplo, foi por isso que atenção menor foi dedicada historicamente à proteção da Amazônia, porque perigos reais se davam de forma reduzida, ao contrário do que ocorria no Cone Sul. Ao se ponderar, todavia, ambições ou investidas provenientes de grandes países, ainda que distanciados, certamente o quadro precisa ser repensado. Sob essa perspectiva, a ameaça à soberania poderia se transformar em realidade, porque faltaria ao governo brasileiro capacidade para responder com eficácia às investidas de grandes potências, em face da deficiência de recursos na elaboração de uma política de defesa condizente com as necessidades, visando preservar a segurança e a soberania nacionais nesse lado do mundo. As reclamações dos comandantes das três forças, sobre a deterioração dos equipamentos militares, sem a devida reposição e modernização, têm sido constantes, chamando-se atenção para a necessidade de condições mínimas para fazer frente a possíveis adversidades.

⁷ As declarações do presidente boliviano Evo Morales feitas no dia 11 de maio de 2005, bem como a reação do governo brasileiro, podem ser conferidas em http://www.radiobras.gov.br/antiores/2006/sinopses_1205.htm#3. Acesso em: 26 jul. 2007.

No presente texto exploramos algumas dessas questões, arrolando argumentos e políticas definidas pelo governo para a proteção do território brasileiro, sobretudo para a região Norte do país, e do continente sul-americano, composto pelas grandes florestas tropicais⁸.

Amazônia, meio ambiente e o contexto global

Ainda que de forma um tanto arbitrária, pode-se tomar como ponto de partida para as preocupações atuais do governo brasileiro em relação à Amazônia, daí aprofundando as políticas públicas para a mesma, a primeira Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas, e realizada na capital da Suécia em 1972.

No momento em que a economia brasileira ultrapassava a barreira dos 10 pontos percentuais anuais, eram constantes as denúncias sobre os desmandos praticados na Amazônia, devastando-se florestas, contaminando rios com mercúrio, afetando a fauna e as populações ali existentes. O aumento das pressões internacionais sobre a deterioração ambiental coincidiu também com o papel mais ativo das organizações não-governamentais que, em grande número, surgiram e passaram a ocupar apreciável espaço nos debates globais. Ao mesmo tempo ganharam força as críticas à corrida armamentista, por exemplo, através dos programas de divulgação científica por Carl Sagan, alertando para o risco do inverno nuclear, em função de um possível conflito atômico entre Estados Unidos e União Soviética.

⁸ Vários tópicos não serão aqui abordados, como conflitos fundiários, questões indígenas ou problemas com os países vizinhos, porque fazem parte de outros textos apresentados neste evento.

O quadro mundial dos anos 1960 certamente contribuiu para que atenções fossem dirigidas para a questão ambiental. Por isso mesmo, propôs-se a realização de um grande fórum mundial como a Reunião de Estocolmo. Os documentos do evento não deixam margem a dúvidas sobre as motivações que levaram os países a concederem importância à temática ecológica, tendo adquirido já naquele momento, conotação mais ampla, ao abarcar o meio ambiente como um todo, e considerando variáveis outras além daquelas relacionadas estritamente com a fauna e a flora, principalmente dos países tropicais⁹.

A polêmica envolvendo o então ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso que teria declarado que “se progresso é poluição então vamos poluir”, mostra como se contrapunham os discursos sobre a melhoria das condições ambientais com as políticas de desenvolvimento, sobretudo dos países menos avançados. Segundo Lorde Wayland Kennet, na Conferência de Estocolmo as divergências existentes entre países ricos e pobres na questão ambiental poderiam ser resumidas nos seguintes argumentos, segundo a ótica desses últimos:

Comprendemos as suas preocupações econômicas. Não há dúvida de que estragaram os seus países. Também apreciamos a sua preocupação para que não repitamos os seus erros. Contudo, é precisamente o que pensamos fazer. Vocês desenvolveram os seus países e os poluíram, visto que o seu povo era pobre. Agora o seu povo é rico e vocês querem limpar o ambiente. Os nossos povos são pobres, muitos estados

⁹ Sobre a posição adotada pelo Brasil nos temas ambientais, consultar Canizio (1991). Nesse trabalho encontram-se anexados os documentos da Conferência de Estocolmo de 1972, e de Nairobi.

de fato morrendo de fome, e pensamos fazer como vocês fizeram, e pagar mais tarde. Naturalmente se vocês estiverem dispostos a nos pagar agora para nos desenvolvermos de maneira limpa e ecológica, aí a questão seria outra (KENETH apud NASCIMENTO; SILVA, 1987, p. 117-118).

Naquele momento, com certeza, já passou a se pensar na forma como resolver problemas que diziam respeito não apenas a um país isoladamente, mas ao conjunto de Estados interdependentes, considerando que os reflexos ambientais não obedecem, nem ficam circunscritos às fronteiras. Destarte, medidas conjuntas sobre a elaboração de políticas globais deveriam ser pensadas porque, independentemente de suas localizações geográficas, todos seriam afetados, em maior ou menor escala, pelos desmandos de políticas particulares. Por isso mesmo, na década seguinte, o relatório redigido sob coordenação de Gro Harlem Brundtland focalizava com precisão o que se deveria entender pelas novas realidades, como o mundo teria que pensar suas políticas, e como se comportar frente a essa problemática, onde se vislumbrava um “futuro ameaçado”. Daí o conceito de desenvolvimento sustentável, onde o atendimento às necessidades globais do presente e do futuro dos países desenvolvidos e em desenvolvimento demandam políticas interdependentes, com restrições de soberania. Segundo o relatório

[...] o conceito de soberania nacional foi basicamente alterado pela interdependência nos campos econômico, ambiental e de segurança. Os bens comuns a todos não podem ser geridos a partir de um centro nacional; o Estado-nação não basta quando se trata de lidar com ameaças e ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com as ameaças à segurança ambiental através de

administração conjunta e de processos e mecanismos multilaterais (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988)¹⁰.

Esse texto ampliava as preocupações anteriormente demonstradas no relatório Norte-Sur, coordenado por Willy Brandt em meados dos anos 1970, que expunha os problemas enfrentados pelos países menos desenvolvidos. Em *Nosso futuro comum* o tema da soberania compartilhada estava explicitamente colocado, afetando basicamente os interesses de nações como o Brasil, enquanto no Norte-Sur tal problema sequer era vislumbrado¹¹. Nas recomendações feitas pelo relatório de Willy Brandt explicitava-se que

a pressão sobre o meio ambiente mundial se origina basicamente no crescimento das economias industriais, porém também no da população mundial. Essa pressão ameaça a sobrevivência e as oportunidades de desenvolvimento das futuras gerações. É essencial que todas as nações cooperem no cuidado internacional da atmosfera e de outros patrimônios mundiais e na prevenção de danos ecológicos irreversíveis (BRANDT, 1980, p. 421).

Quer dizer, a ótica adotada por esse estudo enfatizava, como escrevia o relator na introdução, a um chamado em favor da mudança social, com paz, justiça e trabalho, onde os países do Terceiro Mundo recém-chegados ao cenário mundial não eram intrusos nem inimigos do sistema (BRANDT, 1980).

Essas pressões internacionais sobre o problema ambiental, mormente sobre países como o Brasil, eleito como grande vilão, vão ser altamente consideradas pelo governo no

¹⁰ Ver item 1, parte I, p. 29-45; item 2, parte I, p. 46-71 e p. 337.

¹¹ Consultar Informe de la Comisión Independiente sobre problemas internacionales del desarrollo, presidida por Willy Brandt (1980).

que tange à formulação das políticas de ocupação e de defesa do território amazônico.

Não foi gratuitamente que nos anos 80 nas reuniões entre chefes de Estado ou dos chanceleres da Bacia Amazônica, posições contrárias a qualquer tipo de manifestação ou de ameaças à intervenção ou de ocupação indevida por estrangeiros, foram veementemente reafirmadas. Os discursos tanto do presidente brasileiro, quanto de autoridades outras como o ministro do Exército são muito claros a esse respeito, na tentativa de mostrar que o país não era negligente nos cuidados com a preservação do seu meio ambiente, sobretudo na Amazônia.

Na VI Reunião Ministerial da América Latina e do Caribe sobre Meio Ambiente realizada em Brasília ao final de março de 1989, o presidente Sarney (1990), ao reclamar das ingerências reafirmava que “o Brasil nunca descuidou do problema ambiental e constantemente vem atualizando procedimentos e tomando novas iniciativas”. Ao mesmo tempo protestava: “não nos podem dar lições aqueles que nos mostram o caminho do que não se deve fazer”.

No mesmo diapasão, o ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves refutava as acusações de que o Brasil seria responsável por grande parte da emissão dos 5 bilhões de toneladas de CO₂, mencionando que, pelo contrário, o país contribuiria com parcela reduzida em torno de apenas 5 milhões em todo o território nacional (GONÇALVES, 1989).

A busca de maior espaço no cenário internacional, procurando apresentar o país com comportamento adequado nos temas globais, estando portanto em condições de assumir compromissos mais ambiciosos, foi motivo relevante para que o Palácio do Planalto reivindicasse a oportunidade de sediar a conferência das Nações Unidas, a denominada Eco Rio 92, duas

décadas após aquela ocorrida em Estocolmo. Na ocasião o Canadá também fazia idêntica demanda.

Nesse cenário com fortes restrições ao papel desempenhado pelo Brasil na questão ambiental, e que envolvia preocupações outras como a restrição de soberania, políticas mais vigorosas de proteção da Amazônia passaram a ser elaboradas e implementadas, ainda que carecessem de recursos financeiros adequados para atender satisfatoriamente demandas dessa magnitude, em face do quadro financeiro agudo que o país enfrentava na transição de regime.

O comportamento adotado pelo governo brasileiro tinha sua razão de ser, porque se tornavam cada vez mais freqüentes manifestações tanto de organizações não-governamentais, quanto de chefes de governo e de Estado, que proclamavam a necessidade de se repensar os destinos da Amazônia. Uma das afirmações ainda nos anos 1980, foi enunciada pelo presidente francês François Mitterrand, que defendia a região como patrimônio da Humanidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 1989). Nisso seria seguido com freqüência por outras autoridades e instituições mundiais, como se pode observar posteriormente.

Pelo menos nesse ponto, independentemente do tempo e das divergências políticas entre os ocupantes dos principais cargos nacionais, tem havido concordância sobre como se deve comportar com relação à questão da soberania na região amazônica. No discurso de abertura dos trabalhos da Assembléia Geral da ONU, em 25 de setembro de 2007, o presidente Lula era claro a esse respeito, explicitando que “o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania nem de suas responsabilidades na Amazônia”¹².

¹² Ver discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva reproduzido em *O Estado de S. Paulo*, 26.9.2007, p. A-4.

Seguindo a fala do mandatário maior da nação, o ministro da Defesa Nelson Jobim, em visita de uma semana para inspecionar os postos militares nas fronteiras amazônicas repetia o mesmo refrão, quando discursou na cidade de São Gabriel da Cachoeira. “Esta terra tem dono”, lembrou o ministro (MONTEIRO, 2007). Pouco depois, ao comentar declarações do presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, ganhador do Premio Nobel da Paz deste ano, foi igualmente incisivo: “Vamos cuidar da Amazônia porque ela é uma questão nossa. Os brasileiros sabem cuidar do que é seu” (CHADE, 2007).

Se as autoridades nacionais têm certeza sobre tudo que falam, certamente este é outro problema, porque enquanto o presidente Lula afirmava no discurso da ONU que “nos últimos anos reduzimos a menos da metade o desmatamento da Amazônia”, nem por isso ocorria o mesmo em outras partes do país, porque constatou-se por fontes do próprio governo que houve um crescimento brusco de derrubada das florestas tropicais no estado do Mato Grosso¹³.

Interesses estratégicos, defesa e segurança

Foi a conjugação de uma série de fatores que fez com que o governo brasileiro passasse a olhar com mais intensidade para o Norte do país. Alguns dos motivos ligados à questão ambiental foram expostos nos parágrafos anteriores. Ao lado desses, podemos arrolar mais alguns elementos que contribuíram para que a presença governamental se tornasse mais efetiva na Bacia Amazônica, englobando recursos diversos.

¹³ Conforme discurso do presidente Lula (2007) e textos de Amorim (2007a; 2007b).

Dois acontecimentos são importantes, e que vale a pena relembrar, para apontar os novos rumos que a política e estratégia brasileira tomaram em direção ao Norte. Em primeiro lugar o fim do contencioso que o Brasil tinha com a Argentina no Cone Sul. Após intensas divergências durante toda a história regional, demonstrada por exemplo pela construção da barragem de Itaipu, ao se chegar a um acordo sobre essa obra nos anos 70 reduziram-se sensivelmente as tensões entre ambos os países, pelo menos em termos estratégicos¹⁴. Até então, e por causa de Itaipu, os desentendimentos entre o chanceler brasileiro Antonio Francisco Azeredo da Silveira e o ministro argentino Oscar Camilión eram constantes e manifestaram-se de forma bastante tensa.

Passada essa fase aguda, o novo quadro regional obviamente não experimentou o término das divergências em outros níveis. Como é normal no relacionamento entre parceiros, problemas sempre se manifestam, seja no plano econômico ou no político, no intercâmbio com os demais parceiros do continente, seja por uma tentativa de aumento de influência em instâncias mais amplas como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Nesse último caso, tanto a Casa Rosada quanto o Palácio do Planalto permanecem atentos a cada passo dado pelo vizinho, na busca de uma vaga de membro permanente em uma possível reestruturação daquela entidade. Pode haver, portanto, concordância ou negociações no plano diplomático e econômico, mas não necessariamente o mesmo se verifica em assuntos militares e estratégicos.

¹⁴ Sobre esse tema, consultar Caubet (1983). Uma versão condensada desse texto foi publicada com o seguinte título: *As grandes manobras de Itaipu*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1991.

A resolução do contencioso de Itaipu constituiu-se, porém, em um divisor de águas no relacionamento regional, fazendo com que o clima passasse a ser mais ameno, reduzindo-se, dessa forma, os ataques argentinos à conduta brasileira, outrora entendida como imperialista, de país-chave ou gendarme a mando dos Estados Unidos. Esse discurso que rotineiramente era feito não apenas na Argentina, mas no Uruguai, no Paraguai e na Bolívia, sobretudo no final da década de 1960 e nos anos 1970, praticamente desapareceu na década de 1980, sendo ressuscitado nos últimos anos em parte apreciável da América do Sul, seja no território guarani, na nação venezuelana, seja no território boliviano, muitas vezes em tom e quantidade pouco amenos.

A conjuntura pós-Itaipu trouxe como consequência a redução da presença militar brasileira no Cone Sul, deslocando-a para a região que, naquele momento, estava no centro das críticas e sendo alvo de cobiça, conforme denunciavam as autoridades nacionais. Pode-se dizer que em função do novo clima pacífico na Bacia Platina, as antigas hipóteses de guerra com os países dessa região foram deixadas de lado, passando-se a apostar no aumento do grau de confiança recíproco e nas operações em conjunto em termos estratégico-militares.

Todavia nas fronteiras do Norte as condições eram diferentes, começando a tomar novos rumos, e apresentando elementos complicadores, chamando atenção das autoridades brasileiras. Estava aqui o segundo fator que fez com que os olhares brasileiros passassem a priorizar as grandes florestas tropicais. Trata-se da assunção do poder em Paramaribo pelo cabo Desi Bouterse ao governo do Suriname em 1980. Este novo acontecimento junto às fronteiras Norte trouxe preocupações para o governo brasileiro porque o agora coronel Bouterse

demonstrava-se simpático às causas marxistas, ou pelo menos com disponibilidade ideológica, e propenso a aumentar intercâmbio com o regime de Fidel Castro, assinando acordos de natureza diversa. A presença cubana junto às fronteiras nacionais passou a ser um elemento perturbador, uma vez que Brasília era de tendências políticas e ideológicas opostas às professadas pelo governo de Havana.

Motivadas por tais preocupações foram acionadas as instâncias competentes como o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro e o general Danilo Venturini, então secretário geral do Conselho de Segurança Nacional. O chanceler esteve pelo menos duas vezes na capital do Suriname, enquanto o general Venturini viajou com poder de tomar decisões objetivando neutralizar as investidas cubanas. Como resultado, o governo do Suriname não apenas restringiu os acordos com Fidel Castro como passou a receber atenção especial do Palácio do Planalto, tendo Bouterse vindo ao país em três ocasiões, a última em 1988, quando tinha sido já alijado do poder.

Nesse meio tempo, por iniciativa do governo brasileiro convocou-se, também em março de 1977, uma reunião com mais 7 membros da Bacia Amazônica com o intuito de firmar o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), formalizado em julho do ano seguinte. Como se pode ler pelos itens do TCA, contemplavam-se as preocupações com a questão ambiental. Pelo Artigo IV, estipulava-se “as partes contratantes proclamam que o uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus respectivos territórios é direito inerente à soberania do Estado e seu exercício não terá outras restrições senão as que resultem do Direito Internacional” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1978, p. 10). Em discurso

proclamado na mesma ocasião, o presidente Ernesto Geisel reafirmava que “contra os ensaios de internacionalização, sob a forma abrupta do passado ou da interferência sutil do presente, o melhor antídoto é a regionalização da proteção da área. Na Amazônia, repito, compete aos países que a partilham, e a eles só, a responsabilidade exclusiva pelo seu desenvolvimento” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1978, p. 64).

Na realidade, além do afirmado nos discursos e na carta por todos assinada, um dos objetivos do tratado seria o de possibilitar ao Brasil ampliar suas exportações para os países amazônicos, agora membros de uma empreitada conjunta, e que até então era dificultado pelo Tratado de Cartagena (Pacto Andino), por aqueles firmado em 1969, e do qual o país não fazia parte.

A dificuldade em implementar o TCA sentida por seus membros, durante os anos que se seguiram, foi um dos motivos pelos quais o governo brasileiro passou a agir em termos unilaterais para dar conta dos desafios que se colocavam. Com esse espírito, passou a operar em duas frentes. No plano doméstico, de formulação de políticas públicas, a variável estratégico-militar passou a adquirir nova dimensão, e que se foi acentuando nos próximos vinte anos. Simultaneamente, no plano multilateral, tanto nos encontros diplomáticos, quanto nos que envolviam os ministros da defesa ou em reuniões da Organização dos Estados Americanos, seu *modus operandi* obedecia à lógica de atuação conjunta, apesar de que nem sempre essas pudessem se converter nas melhores alternativas ou soluções, inclusive pela dificuldade em implementar políticas que envolviam tantos parceiros simultaneamente, desde o Canadá até a Argentina, abarcando os três continentes.

Nesse sentido, percebiam-se dois tipos de políticas: uma diplomática e outra com características militares, se bem que

em muitas oportunidades seus interesses convergissem. Por isso, enquanto a diplomacia cuidava de questões relacionadas com as denúncias sobre a devastação ambiental, que afetava as florestas e suas populações, os setores diretamente voltados para a estratégia nacional pensavam e elaboravam planos para proteger as fronteiras.

Dentro desse contexto, na passagem do regime militar para o novo quadro institucional, foi gestado o Projeto Calha Norte que mostrava visivelmente preocupações nesse sentido¹⁵. O problema das fronteiras, a internacionalização da Amazônia, com a criação de um território Yanomami, o tráfico de drogas e as situações de conflito por que passavam países limítrofes, como a Colômbia, foram claramente citados no dito projeto, que era subdividido em outros menores.

A própria Exposição de Motivos encaminhada pelo general Rubens Bayma Denys, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, ao presidente José Sarney realçava alguns desses aspectos. Ao iniciar falando das dificuldades encontradas para integrar efetivamente a Amazônia ao contexto nacional, enfatizava no segundo parágrafo, que “trata-se de área praticamente inexplorada, correspondendo a 14% do território nacional e delimitada por uma extensa faixa de fronteira praticamente habitada por indígenas”. No terceiro parágrafo, continuava: “este último aspecto, por si só, vem crescendo nova magnitude ao problema geral da área, uma vez que a conhecida

¹⁵ Posteriormente, o “Projeto Calha Norte” teve seu nome alterado para “Programa Calha Norte”. Informações atualizadas podem ser obtidas no site do Ministério da Defesa: <http://www.defesa.gov.br>. Existe considerável bibliografia que trata do tema, produzida por organizações não-governamentais, cientistas políticos e antropólogos (nesse último caso, muitos ligados ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro), e de fácil acesso aos interessados.

possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos aliada à presente conjuntura no Caribe podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul” (BAIMA DENYS, 1985)¹⁶.

Se de um lado, o PCN vinha cobrir a lacuna deixada pelo TCA (transformada em OTCA em 1995) que não conseguia levar adiante suas propostas, por dificuldades internas e boa dose de falta de vontade política, além dos escassos aportes financeiros, por outro o próprio PCN também passou a enfrentar problemas de igual magnitude pouco depois.

Com uma estrutura mista militar e civil, coordenada por um economista, um dos cuidados do PCN era justamente descaracterizar a idéia de uma política agressiva junto às fronteiras, preocupação que tinha sido levantada, quando de sua divulgação. Naquela oportunidade, embaixadores dos países vizinhos locomoveram-se ao Ministério das Relações Exteriores para pedir explicações e saber o que se estava passando. Dez anos depois, ao reafirmar que a Amazônia era prioridade da política de defesa o general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, relembra que

o Calha Norte nunca foi um projeto militar, mas sim interministerial, que se baseava em pólos de desenvolvimento. Ficou com cara de militar porque, na hora de ir para dentro da selva, só apareceram as Forças Armadas. A idéia, de fato, é retomar o Calha Norte na sua concepção original, com pólos de irradiação de desenvolvimento (PARCERIAS ESTRATÉGICAS, 1996)¹⁷.

¹⁶ O nome completo do Projeto Calha Norte é: *Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas*.

¹⁷ Cf. entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, de 04 de novembro de 1996, reproduzida em *Parcerias Estratégicas* (1996).

Para os formuladores do PCN este deveria dar conta dos seguintes itens: incremento das relações bilaterais; aumento da presença militar na área; intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes; definição de uma política indigenista apropriada a região (BRASIL, 1985, p. 3 e 4). Para atender, portanto, a tais políticas vários programas deveriam ser implementados, cobrindo a Faixa de Fronteiras, o Núcleo Regional ou Interiorano e das Zonas Ribeirinhas (BRASIL, 1985, p.2 e seguintes).

Ao longo dos anos, as dificuldades enfrentadas pelo país, tanto para sanar seus problemas internos, quanto para dar conta de seus compromissos internacionais, fizeram com que o PCN gradativamente fosse deixado de lado, não se investindo o necessário para atingir os objetivos anteriormente fixados.

O que se veria depois, contudo, seria uma complementação – se assim a podemos designar – do PCN através de políticas com objetivos mais amplos e claramente definidos, por intermédio dos projetos Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia (Sivam/Sipam)¹⁸. Em grandes linhas, pretendia-se com os mesmos atender as necessidades da região visando resguardar os interesses nacionais, bem como proteger definitivamente todo o arco amazônico brasileiro. Se de um lado tinha claros objetivos estratégicos, de outro lado pretendeu-se igualmente atender necessidades outras que se referiam a coleta de dados sobre queimadas, monitoramento da situação ambiental e de informações que possibilitassem cobrir com eficácia maior a região. O comportamento adotado pelo governo não impedia,

¹⁸ Sobre o programa, consultar o citado sítio do Ministério da Defesa. Igualmente bibliografia extensa tem sido produzida sobre essa questão.

inclusive, a possibilidade de colaborar com os demais vizinhos sobre problemas comuns.

Nessa perspectiva de atender os interesses através de uma política eficaz para proteger o espaço aéreo, propôs-se a lei do abate, embora tenha levado tempo bastante extenso para ser aprovada. Essa política de colocar fora de ação aeronaves que atuam ilicitamente no espaço aéreo sul americano já era executada até mesmo por outros países. Como pode ser lembrado, há alguns anos uma pequena aeronave foi abatida em território peruano, ao transportar representante de uma ordem religiosa, enquanto mais recentemente o mesmo se verificou na Região Amazônica, inclusive com a baixa de um civil brasileiro que estaria realizando operações ilícitas em territórios alheios.

O que se percebe claramente em termos nacionais é que a preocupação com temas de segurança passou a adquirir dimensão cada vez mais acentuada a partir de meados dos anos 1980. A própria divulgação do documento de Defesa Nacional em 1996, o primeiro realizado em termos brasileiros, dentro de uma proposta global mostrava quais as prioridades nesse campo. Entre as avaliações feitas realçavam-se visivelmente as questões em âmbito regional, não apenas com relação aos ilícitos transnacionais, como também referidas especificamente ao problema ambiental, sobretudo amazônico. Apesar de ser um texto genérico, e que se tratava apenas de uma minuta que passaria por outras discussões, portanto não era para ser considerado o documento definitivo sobre o tema, o fato de ter sido adotado constituiu-se em sinal auspicioso, porque essas questões passaram a fazer parte de uma agenda permanente a partir desse momento.

A criação do Ministério da Defesa em 1999, seguida anos depois pela atualização do documento Política de Defesa Nacional em 2005, são indicadores de que muitos assuntos que anteriormente, não mereciam atenção, tanto em face das circunstâncias internas, mas também por causa do engessamento da ordem bipolar, passaram a ser considerados prioritários¹⁹. Assim, se de um lado isto se converteu em elemento importante para que se pudesse estabelecer políticas mais sólidas, por outro lado, o tempo encarregou-se de mostrar que passou a ocorrer a securitização de assuntos que deveriam ser resolvidos por outras instâncias através da Polícia Federal e do Ministério da Justiça.

De qualquer forma, o surgimento do documento sobre Política de Defesa Nacional e do Ministério da Defesa, apesar das inúmeras críticas sobre esse último por não ter à sua frente, desde a sua criação, um ministro com conhecimentos adequados sobre o assunto, resultou apenas na transformação dos antigos ministérios em comandos individuais, cada um praticamente elaborando suas próprias políticas, e fazendo suas demandas particulares. A última mudança nesse ministério, com a entrada de Nelson Jobim, ainda que parecesse satisfatória, inicialmente, em função dos cargos que ocupara, criou logo nas primeiras semanas arestas que ao longo do tempo podem igualmente tornar-se fatos complicadores, como ocorreu com os outros que estiveram no comando da Pasta. No caso de Nelson Jobim as referências e a tentativa de mostrar autoridade sobre seus subordinados acabaram por criar reações negativas com sua forma de agir considerada pouco hábil para o cargo que ocupa,

¹⁹ A primeira versão do referido texto pode ser encontrada em *Parcerias Estratégicas* (1996). A versão mais recente está em *Brasil* (2005).

além de ter que resolver, simultaneamente, a crise dos transportes aéreos.

Nesse meio tempo, contudo, desde a criação da Pasta da Defesa verificou-se que iniciativas importantes foram tomadas para pensar o tema de forma geral, e, em particular também a Amazônia. Duas delas merecem aqui ser mencionadas. A primeira diz respeito às oito rodadas de debates promovidas pelo próprio Ministério da Defesa em 2003 e 2004, em Itaipava/RJ, reunindo representantes do Governo, parlamentares, acadêmicos, jornalistas, diplomatas e militares, resultando em uma série de publicações (ALMEIDA PINTO; ROCHA; PINHO DA SILVA, 2004). A segunda foi a contribuição oferecida pela Câmara dos Deputados que também promoveu dois grandes seminários para discutir tanto a política de defesa quanto a política externa para o século XXI (REBELO; FERNANDES, 2003; REBELO; FERNANDES; CARDIM, 2003).

A Amazônia nas instâncias regionais

A problemática amazônica tem sido alvo de atenção limitada nas duas instâncias regionais voltadas para questões de defesa e segurança do continente. Uma delas dentro da Comissão de Segurança Hemisférica da Organização dos Estados Americanos. A outra nas reuniões dos Ministros da Defesa das Américas, ainda que essas se reúnam informalmente, se bem que em termos práticos os eventos se encontram institucionalizados, porque sempre contam com os titulares das pastas e com a presença do presidente do país, onde os encontros se realizam.

No âmbito regional da Organização dos Estados Americanos desde o começo da década de 1990, logo após o

final da Guerra Fria, discutem-se as preocupações que daquele momento em diante poderiam converter-se em perigo maior ou menor para cada país e para a segurança regional como um todo.

Este entendimento é importante, porque nem sempre o que aflige um país corresponde aos temores dos demais. Além disso, a própria compreensão que um governo confere a certo tema não encontra necessariamente correspondência em outro, ainda que seja seu vizinho e parceiro de empreitadas.

Ou seja, se para a Argentina a questão do terrorismo se converteu em elemento de preocupação desde os anos 90, quando ocorreram os ataques à Associação Mutual Israelita-Argentina (AMIA), não se pode dizer que o problema seja visto com a mesma intensidade pelo Brasil, que não passou por situação semelhante. A não coincidência de pontos de vista eventualmente traz problemas que terminam por prejudicar o relacionamento bilateral ou regional. No caso específico da AMIA, o governo brasileiro foi acusado naquela altura de não prestar a devida colaboração para encontrar os culpados que teriam se refugiado em seu território.

De idêntica forma, a categorização dos grupos políticos recebe interpretação diferente, dependendo de onde se localizam. Enquanto as *Forças Armadas Revolucionárias Colombianas* (FARC) são entendidas por Bogotá como guerrilheiras, terroristas, e acusadas de estreito vínculo com os traficantes de droga, o governo brasileiro tem relutado em interpretá-las sob a mesma óptica, preferindo uma dubiedade de comportamento frente a esses movimentos políticos.

Na realidade grande parte dos temas que dizem respeito à segurança de um ou outro país, seja no sul ou no norte do continente não tem encontrado unanimidade entre as diversas nações da região. O tema das drogas é outro que se inscreve na mesma categoria, já que pode ser percebida como problema social ou policial, algo que deve ser resolvido em termos da

segurança nacional ou não, com a participação apenas de instâncias civis ou com as Forças Armadas, dependendo, portanto, de cada país.

No seio da Comissão de Segurança Hemisférica as recomendações obedecem a uma visão mais ampla sobre os diversos temas que devem orientar as preocupações dos países do continente como um todo respeitando-se, portanto, suas particularidades. A própria idéia de segurança já obedeceu a critérios outros que eram orientadores do assunto até o final da Guerra Fria

Por sua vez desde a primeira reunião de Ministros da Defesa realizada em Williamsburg/VA, em 1995, as preocupações regionais desempenharam claramente o papel de elemento principal nas discussões. De um lado os considerados novos temas da agenda regional e internacional, e de outro problemas localizados especificamente em partes do continente, seja na região andina, na tríplice fronteira do Cone Sul, seja igualmente na Bacia Amazônica.

O que se pode constatar portanto no âmbito dessas instituições é que a Amazônia apenas recebe atenção quando afeta os interesses globais. No que diz respeito especificamente aos temas da defesa e da segurança, o problema é debatido e faz parte tão somente da agenda dos países que pertencem à Amazônia, tanto em termos bilaterais quanto multilaterais.

Considerações finais

Em meados da década de 1960, uma das propostas apresentadas em livro razoavelmente divulgado propunha a divisão das Guianas a meias (ROCHA CORREA, 1965). Ou seja, metade das antigas Guianas ficaria com a Venezuela e o restante com o Brasil. Obviamente tal proposta jamais foi considerada pelo governo brasileiro, mesmo porque a consolidação das

fronteiras nacionais há muito se encontra realizada. Mas isto demonstra que a região Norte desperta interesses os mais variados e, igualmente, soluções inusitadas para resolvê-las.

Se de um lado preocupações fazem parte do cotidiano dos estrategistas brasileiros, o mesmo pode ser dito em relação aos governos da Venezuela e da Guiana, em função da região do Essequibo que há muito tempo é palco de discordâncias. Mesmo nesse caso o governo brasileiro mantém-se atento, porque pensando-se na possibilidade de conflito, o estado de Roraima seria atingido diretamente, o que implicaria na necessidade de o Palácio do Planalto tomar as medidas cabíveis.

Ao longo do tempo, sobretudo nas três últimas décadas, a Amazônia passou a assumir papel maior não apenas no contexto das políticas domésticas, mas igualmente no contexto regional e internacional. Na Política de Defesa Nacional atual, entre as orientações estratégicas, explicita-se no item 6.12 que “em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional” (BRASIL, 2005, p. 17). O Atlântico Sul sempre foi, em termos históricos, local que mereceu atenção tanto pela necessidade de se manter a segurança do tráfego marítimo, como também é rota para a Antártica, além de se converter na “Amazônia azul”. Essas preocupações não se referem inicialmente aos países ribeirinhos do Atlântico, uma vez que desde 27 de outubro de 1986 são signatários da resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, que estabeleceu o local como Zona de Paz e de Cooperação²⁰.

²⁰ Acerca dessa resolução, consultar Ministério das Relações Exteriores (1986).

No âmbito dos Estados da Bacia Amazônica as reuniões que se sucedem com frequência têm mostrado que a região não aceita as denúncias de que está desocupada, pouco preenchida, que não se tem os devidos cuidados com sua preservação, e que, portanto, tem recebido atenção descuidada dos países a qual a mesma pertence. Resposta nesse sentido, dada pelo presidente Lula, mostra como o país entende as denúncias internacionais, ao ressaltar que cuidamos muito mais do meio ambiente do que outros países, porque o Brasil ainda tem 69% de suas florestas originais, ao contrário do que ocorreu no resto do mundo²¹.

Por outro lado, seja pelas riquezas que detém, tanto em termos minerais, quanto de recursos biotecnológicos, confere-se à floresta tropical, um papel de relevada importância futura. O que significa que, utilizada como fonte de poder e de barganha, os países que a compõem poderão usufruir de condições satisfatórias que auxiliem no seu próprio desenvolvimento. Evidentemente a região não será convertida em um santuário ecológico, nem se transformar em terra arrasada. Mesmo nos anos 1980, o Programa Nossa Natureza chamava atenção para tal possibilidade:

A Amazônia passa a ter um valor estratégico sem precedentes no cenário internacional, representando um importante fator de negociação política para os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, e muito particularmente para o Brasil, que detém a soberania sobre a maior parte da área deste complexo de ecossistemas florestais e aquáticos (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1989).

²¹ Conforme entrevista do presidente concedida a Peregil (2007).

Políticas de desenvolvimento sustentável deverão ser aos poucos implementadas, salvaguardando os interesses de todos os países da região, mantendo-a sob sua soberania, mas fazendo com que medidas mais vigorosas concernentes às políticas de defesa e segurança sejam igualmente adotadas, cada vez mais, individual e coletivamente, independentemente das divergências domésticas que cada um possui, mas que pouco dizem em relação aos seus vizinhos. Deve-se portanto considerar como conveniente apostar na necessidade, dentro dos limites normais, como a não interferência em políticas particulares de cada Estado, de definição de políticas compartilhadas sob os mais diferentes prismas, por exemplo, através de instrumentos como a própria Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Além dos canais diplomáticos que, em um primeiro momento, se constituem nas esferas competentes para resolver os problemas regionais ou em nível mais amplo, necessidade se faz que os países da região tenham instrumentos adequados para servir como elemento de dissuasão para investidas contra seus interesses e soberanias. Isto não implica em fomentar corridas armamentistas, mas tão somente adotar políticas de defesa eficientes para garantir a segurança de cada país e da Bacia Amazônica como um todo.

Nesse sentido, a reestruturação e a modernização dos equipamentos das Forças Armadas se converte em uma das necessidades que os governos locais devem eleger, mas sem o intuito de acirrar os ânimos regionais. As recentes declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feitas tanto na imprensa nacional e na Espanha em sua última visita, caminham nessa direção. Como ele enfatizou “nos anos setenta tínhamos

empresas modernas que produziam blindados; porém isto foi desmantelado. O Brasil tem que voltar a ter tudo o que teve. Para voltar a construir a nossas fábricas de material bélico precisamos comprar”²².

Nessa mesma linha, as declarações do ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos Roberto Mangabeira Unger podem ser consideradas auspiciosas, se efetivamente forem colocadas em prática. Em sua concepção, conforme declarava recentemente, “não há estratégia de desenvolvimento nacional sem estratégia nacional de defesa”. Para isso, estaria em conversações com as instâncias competentes, como o ministro Nelson Jobim e as Forças Armadas visando a “formulação de estratégia para ação em hipótese de paz e de guerra”²³.

²² Conforme entrevista do presidente concedida a Peregil (2007).

²³ Conforme declarações do ministro Roberto Mangabeira Unger na reportagem de Salvador (2007).

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Dossiê Amazônia 3** - Terceira Onda de Boatos, nov. 2001. Disponível em: <www.pralmeida.org/04Temas/07Amazonia/03DossierAmazonia3.doc>. Acesso em: 20 set. 2007.

ALMEIDA PINTO, J. R.; ROCHA, A. J. Ramalho da; PINHO DA SILVA, R. D. (orgs.). **Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança**. Brasília: Ministério da Defesa, 2004. 4 v. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>.

AMORIM, Cristina - Em MT, derrubada de mata subiu 200%. **O Estado de São Paulo**, 26 set. 2007a, p. A5.

_____. Desmatamento cresce e faz governo rever planos. **O Estado de São Paulo**, 16 out. 2007b, p. A-1 e A16.

BAYMA DENYS, Rubens. **Exposição de Motivos – EM nº 18**, de 19 de junho de 1985, p. 1, carta encaminhando o Projeto Calha Norte ao presidente José Sarney. Brasília: SG/CSN, 1985. Não publicado

BRANDT, Willy. **NORTE-SUR** – un programa para la supervivencia. Bogota/Colômbia: Editorial Pluma Ltda, 1980.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005, 21 p. Disponível em: <www.defesa.gov.br>.

_____. Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. **Projeto Calha Norte**. Brasília, 1985.

CANIZIO, Márcia Jabor. **O Brasil e a questão ambiental**: um estudo de política externa brasileira. 1991. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1991.

CAUBET, Christian Gui. **Le barrage d'Itaipu et le Droit International Fluvial**. 1983. Tese (Doutorado de Estado) - Universidade de Ciências Sociais de Toulouse/França, 1983. 2 tomos.

CHADE, Jamil. IPCC faz alerta a Brasil, China e Índia. **O Estado de São Paulo**, 13 out. 2007, p. A18.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CRAMPTON, Esther L. **Brazilian nationalism and the defeat of the International Institute of the Amazon Hylea**. 1972. Tese (Doutorado em Estudos Internacionais) - The American University, Washington, EUA, 1972.

DEUTSCH, Karl W. **El análisis de las relaciones internacionales**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1970.

FERREIRA REIS, Arthur Cezar. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edinova Limitada, 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO. 12 mar. 1989. p. C-3.

FURNIEL, Ana Cristina da Matta. **Amazônia - a ocupação de um espaço: internacionalização x soberania nacional**. 1993. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1993.

GONÇALVES, Gal. Leônidas Pires. **Amazônia: ecologia e soberania**. Palestra pronunciada em maio de 1989 na Escola Superior de Guerra. Não publicado

LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os negros americanos** (As origens de uma controvérsia internacional). Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

KAHN, Herman; PANERO, Roberto. Novo enfoque sobre a Amazônia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, IBRI, ano XI (41-42): p. 51-64, mar./jun. 1968

KENNET, Wayland. The Stockholm Conference on the Human Environment. International Conciliation, jan./1992, p. 37. In: NASCIMENTO E SILVA, G. E. - "O meio ambiente e a política exterior". **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro: IBRI, v. 30, n. 117-118, p. 58, 1987/1.

MELLO, Patrícia Campos; CHADE, Jamil. A cobiça do mundo - Para os ecologistas, a Amazônia é problema global; para Brasília, é coisa nossa. Amazônia - Grandes Reportagens. **O Estado de S. Paulo**, nov./dez. 2007, p. 116-117.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, dez. 1986. Edição suplementar

_____. **Tratado de Cooperação Amazônica**. Brasília, 1978.

MONTEIRO, Tânia. “Amazônia tem dono”, diz Jobim. **O Estado de São Paulo**, 13 out. 2007, p. A10.

PANERO, Roberto. Um sistema sul-americano de Grandes Lagos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, IBRI, ano XI (41-42): p. 13-50, mar./jun. 1968.

Parcerias Estratégicas, Brasília, Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos, v. 1, n. 2, p. 19-21, dez. 1996.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS. **Documento sobre Política de Defesa Nacional**. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos, v. 1, n. 2, p. 7-15, dez. 1996.

PEREGIL, Francisco. No voy a dejar nunca la politica. **El País**, Madri, 16 set. 2007. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/voy/dejar/politica/elpepuint/20070916elpepiint_2/Tes?print=1>. Acesso em: 16 set. 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SADEN. **Programa Nossa Natureza**. Relatório da Comissão Executiva instituída pelo Decreto nº 98.944/88. Brasília, fev. 1989.

REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis (orgs.). **Política de defesa para o século XXI**. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2003

REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; CARDIM, Carlos Henrique (orgs.). **Política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2003.

ROCHA CORREA, P. H. **O Brasil e as Guianas**. Catanduva/SP: IBEL, 1965.

ROHTER, Larry. Venda da Amazônia vira paranóia na Internet. Publicado no jornal The New York Times e reproduzido pel’**O Estado de S. Paulo**, 25 jun. 2002, p. A-8. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp030720029.htm>. Acesso em: 18 jul. 2007.

SALVADOR, Fabíola. Mangabeira promete rediscutir Amazônia. **O Estado de S. Paulo**, 4.10.2007, p. A-10.

SARNEY, José. América latina e Caribe discutem o meio ambiente. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n. 60, p. 65-71, jan./mar. 1990.

ZONA FRANCA DE MANAUS. Disponível em: <www.suframa.gov.br/modeloz_fm_historia.cfm>. Acesso em: 15 ago. 2007.